

# Economia e eleições

Brasil

WALBER JOSÉ CHAVANTES\*

A luta nos bastidores que sobrepõe a vontade política ao interesse técnico já definiu praticamente, no ano de 1998, a complexidade do cenário político, econômico e social. No campo político, o candidato oficial já desporta com grande preferência na campanha eleitoral e deverá ser reconduzido à presidência, em razão da lógica do esquema de disputa, em que os programas de governo vão avançando para enfrentar oponentes cujas condições políticas e disponibilidade financeira não se conformam às exigências da dimensão da luta eleitoral.

A estratégia é a de reaquecer a economia, manter estabilizados os preços e aplacar a crise de inadimplência, oferecendo condições aos consumidores para voltarem ao mercado de consumo com mais disposição. A área social deverá dar sinais de recomposição com a queda da taxa de desemprego, melhores condições no atendimento da saúde e instituição das frentes de trabalho que começaram a ser ativadas no Nordeste. Todo esse quadro favorável está sendo motivado por medidas de emergência com efeitos de curto prazo, decorrentes da ação da expansão fiscal e monetária como instrumentos de reativação da demanda agregada que vai utilizar capacidade ociosa da economia.

Os últimos seis meses do ano serão de descontração. O desdobramento e o entusiasmo

da luta eleitoral vão funcionar como elemento dissimulador do natural resíduo de dificuldades que se vão esmorecendo no processo de ajustamento da economia até o final do ano.

Ocorre, porém, que a política de recuperação da atividade econômica via expansão fiscal e monetária é sempre efêmera. Há limites para essa política porque ela só tem condições de funcionar bem em caráter de transitoriedade, para atender a situações de emergência, como a que vimos vivenciar.

A recuperação de emergência da atividade econômica, neste ano, vai conduzir a economia a novos espasmos de crescimento e de desaceleração. É que existe grave inconsistência na política macroeconômica associada ao desequilíbrio do Balanço de Pagamentos e ao descontrole dos orçamentos públicos, que deve se acelerar em razão da vulnerabilidade do controle das despesas públicas e as facilidades do crédito dos bancos federais. Na sequência desse conflito, a sociedade vai conviver, em 1999, com novas ondas de desaquecimento da economia e de desemprego, aumento da inadimplência e problemas financeiros nos mais diversos segmentos da economia.

O déficit do setor público dá sinais de agravamento e as pressões sobre o Balanço de Pagamentos tendem a aumentar à medida que a economia se reativar. O aumento da demanda agregada vai induzir a expansão das importações e o desestímulo das exportações. A dis-

creta melhoria que se nota na posição da Balança Comercial vai se dissipar, agravando o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos, exigindo maior entrada de recursos para financiar o déficit das Transações Correntes.

Mesmo na hipótese de tranquilidade dos mercados internacionais, a elevação da taxa de juros será necessária como estímulo aos investidores externos, a despeito do ingresso dos recursos das privatizações. A taxa de juros e o câmbio ainda vão continuar, no ano de 1999, como âncoras do Plano Real, até que os poderes legislativo e executivo se conscientizem da necessidade da quebra da resistência às reformas estruturais ditada por interesses de grupos ou sentimentos retrôgrados que sobrecarregam as políticas monetária e de câmbio/tarifas, que acabam gerando um processo de desaquecimento da economia, desagregação do mercado de trabalho e dificuldades dos agentes econômicos em cumprirem seus compromissos financeiros.

A prática ensina que é uma ingenuidade da vontade política querer resolver o crescimento econômico com expansão fiscal e monetária, em um contexto de dificuldades nos fundamentos macroeconômicos da economia.

\*Presidente da Associação e do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro